

Curso de Formação de Juristas Populares

Projeto comemora dez anos em 2009 com quase 200 Juristas formados

Dez turmas, cerca de 200 lideranças populares formadas, estimativa de mil orientações sobre direitos por mês e a possibilidade de levar o Direito para lugares antes não imaginados – isso sem falar nos inúmeros retornos à escola regular e até ao ingresso de alguns formados em cursos de graduação. Estes são apenas alguns dos resultados observados no projeto Curso de Formação de Juristas Populares, promovido pela Fundação Margarida Maria Alves, que chega em 2009 celebrando dez anos.



O projeto ousado nasceu quase sem querer da cabeça da equipe da Fundação, que pretendia diminuir a distância que existe entre o Poder Judiciário e a população. “Era uma idéia tão boa que o apoiador aprovou a proposta em poucos dias, enquanto os projetos demoravam meses para receber um retorno”, lembra a coordenadora de projetos da Fundação, Marcina Pessoa. Confirmando a primeira impressão, em 2007 o curso foi certificado como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil, que considerou o projeto como relevante para a comunidade e de fácil replicação, podendo ser facilmente adequado a outras comunidades.

O foco do curso são pessoas que têm pouco acesso à educação formal e que já tenham uma forte atuação no meio popular. Podem participar pessoas ligadas a

movimentos sociais em geral, desde que o grupo esteja organizado, tenha reuniões regulares e uma coordenação constituída, mas não é necessário ter CNPJ. Os interessados precisam ter disponibilidade para assistir às aulas, que acontecem nos fins de semana, uma ou duas vezes por mês, já que o curso é realizado em oito módulos e cinco oficinas, distribuídas ao longo do ano.

Para a turma deste décimo ano, que começa em março, uma das novidades do curso será o aprofundamento na questão da Informatização do Judiciário, com a criação do E-Jus, que pretende digitalizar todos os documentos das ações, com a proposta de agilizar os processos. Os alunos poderão acompanhar, em tempo real, como é feita a consulta a um processo virtual. A técnica responsável pelo curso,

Anna Izabella Chaves Alves, acredita que esta iniciativa será adotada plenamente no futuro e que é importante para os envolvidos conhecer esta ferramenta. “É mais um instrumento que apresentamos aos Juristas Populares.

Ao final dos cursos, eles atuam como multiplicadores/as do direito orientando os/as cidadãos/ãs para resolverem problemas judiciais e extra-judiciais. Mas também é comum ver histórias de gente que rompeu com ciclos de violência doméstica, voltou a estudar, recuperou a auto estima ou percebeu o poder da mobilização comunitária. “Eu retomei as rédeas da minha vida, voltei a estudar e hoje sou uma cidadã mais consciente dos meus direitos depois que passei pelo projeto”, conta a Jurista Popular Maria Odete de Lima, que fez o curso em 2003.

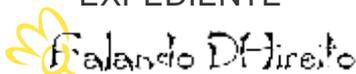
Editorial

Há dez anos, a rotina das 30 famílias moradoras da Fazenda Quirino, no município de Juarez Távora, a 95 km da capital, é marcada pelo medo e pela insegurança. Palco de conflito agrário entre os herdeiros da propriedade e os posseiros, o lugar volta a receber atenções por um motivo simples: a violência física e psicológica continuam marcando o dia a dia dos trabalhadores, motivando uma visita do Conselho Estadual de Direitos Humanos à região.

Há um ano, um casal foi espancado violentamente por capangas, que estupraram a mulher em frente aos filhos, sob a promessa de voltarem para matar o marido. Agora, os agressores têm uma nova forma de intimidação: impedem o acesso aos cacimbões, únicas fontes de água para a comunidade, e que agora são aterrados de propósito para que não acumulem água no inverno, tornando a vida da comunidade insustentável. E as noites são marcadas por vigílias, um jeito de evitar novas violências de surpresa.

A Fundação Margarida Maria Alves une forças ao Conselho, que deseja ver o caso sendo levado ao nível federal como grave violação dos Direitos Humanos. Assim como o presidente da instituição, o procurador da República Duciran Farena, desejamos sensibilizar o Poder Judiciário para um julgamento rápido dos processos que impedem a desapropriação desta e de outras áreas.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Tele-fax: 3221-3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Aline Oliveira (DRT 1963/PB) Voluntária: Andréia Martins Fotos: arquivo da entidade Tiragem: 1.000 exemplares Apoio: Misereor Impressão: F&A Gráfica e Editora

Direitos Humanos: caminho para sociedade livre, justa e solidária

Artigo de Mário Ypiranga Neto, Promotor de Justiça do Estado do Amazonas Publicado em 2004, no Portalamazonia.globo.com

Os direitos humanos são imprescindíveis para a coexistência humana, digna e pacífica. Enumerados em diversas declarações, tratados internacionais e em Constituições, eles procuram preservar os direitos mais fundamentais dos indivíduos, como o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Engana-se quem pensa que os direitos humanos regem as relações entre iguais. O Direito dos Direitos Humanos opera na proteção dos mais desvalidos, na defesa dos ostensivamente mais fracos, dos excluídos desses direitos mais elementares, dos famintos e dos iletrados do Brasil.

A miséria e a fome são questões humanitárias tão importantes quanto o combate à tortura policial e negar os primeiros parece-me tão grave quanto desconsiderar o último.

O descumprimento reiterado da Constituição e das leis é forma de violação de direitos humanos e nenhum Órgão ou Poder do Estado deve estar imune ao rígido cumprimento das leis.

O subdesenvolvimento crônico, o desemprego e as desigualdades de oportunidades são fatores de violação oficial de direitos humanos. A racionalidade é a melhor proteção contra o erro e a ilusão. Não se pode falar em direitos humanos sem levar em consideração os fatores sociais a demandar prevenção.

O compromisso de agentes públicos que lidam com direitos humanos em uma sociedade injusta como a brasileira não jaz em dominar teorias ou manipular idéias, mas na aptidão para fomentar o respeito à vida digna e, sobretudo, para levar às classes mais desassistidas a força propulsora para se articularem e, juntos,

“ “ A miséria e a fome são questões humanitárias tão importantes quanto o combate à tortura policial e negar os primeiros parece-me tão grave quanto desconsiderar o último.”

fomentarem uma sociedade justa e fraterna, com garantia dos direitos civis e do acesso à Justiça.

A sociedade brasileira ainda não entendeu muito bem a função dos direitos humanos, sendo certo que trabalhar com direitos humanos é tentar construir uma sociedade livre, justa e solidária. Não podem existir direitos humanos onde há fome e indignância.

Incentivar a criação de Conselhos de Defesa dos Direitos Humanos nos Municípios, a criação de disciplinas como Cidadania e Direitos Humanos no Ensino Médio e no Fundamental, o combate à tortura, a proteção às minorias, além da promoção de políticas públicas são metas inadiáveis a serem atingidas pelos Conselhos de Direitos Humanos.

O compromisso social deve partir de toda a sociedade brasileira, com vistas a edificar bases para a solidariedade e para o respeito, encorajando os verdadeiros brasileiros a viver, não a vida tocada pelo medo e pela fome, mas a vida que passa, ao menos que remotamente, pelas páginas dos Direitos Humanos.

Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Rede ganha 25 novos Juristas Populares em 2008

Diversidade de entidades marcou o perfil da turma "Justiça para Todos"

No dia 10 de Dezembro de 2008, data da Comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Fundação Margarida Maria Alves celebrou a formação de 25 novos Juristas Populares através do Curso de Formação de Juristas Populares, promovido anualmente em parceria com CAFOD. Sorrisos satisfeitos e familiares orgulhosos tomaram a quadra poliesportiva da Caixa Beneficente da Polícia Militar para prestigiar a conclusão desta nova etapa na história daqueles que, durante todo o ano de 2008, abdicaram um pouco de sua vida pessoal para aprender mais sobre as leis que nos regem e os procedimentos a

serem tomados para garantir o cumprimento consciente do Direito.

A festa também marcou a comemoração pelo Prêmio Estadual de Direitos Humanos José Gomes da Silva, um reconhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba ao trabalho desenvolvido ao longo dos 15 anos de atuação da Fundação. O troféu, em formato de golfinho, foi recebido no mesmo dia e apresentado aos convidados da formatura pela Presidenta da entidade, Socorro Praxedes.

Uma das oito mulheres da turma, Glerystiane Andriola, feminista ativa, estava radiante por poder adquirir mais informações acerca da Lei Maria da Penha, já que desenvolve um trabalho social no conjunto Gervásio Maia, em João Pessoa, e faz parte do Conselho Popular de Moradores. "Com o curso, tenho mais informações para passar para a comunidade, podemos entender as leis. Pretendo fazer parte da Rede de Juristas Populares", completa.

Já para Pedro Jefferson, do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, o desejo é de integrar pessoas, pois "temos sede de informações. As pessoas não conhecem seus direitos. Saí com o 'pote cheio'", comemorava.



Juristas Populares 2008

Marcos Sales de Souza
Marcelo Joaquim da Silva
Ediberto Jarbas Batista da Silva

Rogério Braz de Oliveira
Edivam Farias de Lima
Givanildo Pereira dos Anjos
Marcos Antônio da Silva
Michelle Ferreira de Sousa
Josenilson Avelino de Paiva
Maura Cavalcante de Meireles
Severino José Soares
José Soares Diniz
Marcilândia Lopes

Aguida de Souza Cardoso
Ana Paula Nascimento
Joacy Néri da Silva
Evicleide Lima da Silva
Renildo José dos Santos
Ullevany Carmem Pereira do Nascimento

Iremar Matias da Silva
Edmilson da Silva Sousa
Camila de Paula Sousa
Carneiro
Carlos Marlone de Sousa Luna
Luiz Alves de Almeida
Glerystiane Fernandes
Gilmar Silva de Farias



Festa - Socorro exibe o prêmio, Juristas comemoram formatura e Marcos apresenta a Rede.

Rede de Juristas retoma educação ambiental em 2009 e prepara intervenção na Xem Xem

Com ânimo renovado, os/as Juristas Populares começaram as atividades em 2009 mantendo a linha de trabalho adotada nos dois últimos anos e assumindo um desafio pra lá de ousado: eles/as querem realizar uma ação mais incisiva na Mata do Xem Xem, unidade de conservação de Bayeux. Para isso, a Rede está se articulando com o Ibama para indicar o Jurista Popular Francisco Vieira de Assis para chefe da unidade. “Se conseguirmos isto, teremos mais condições de buscar formas eficientes e adequadas de intervenção no local, ajudando a natureza a se recuperar dos constantes danos que vem sofrendo”, prevê a técnica da Fundação, Cândida Moreira Magalhães.

Independente de alcançar este objetivo, algumas atividades já estão programadas para serem realizadas na mata, como o plantio de mudas no local, evento que marcará a passagem do Dia do Meio Ambiente e acontecerá no dia 7 de junho, envolvendo toda a Rede. Além disso, no dia 18 de outubro os Juristas realizam um picnic ecológico no local como forma de chamar a atenção dos moradores da região para a importância da reserva, que também pode ser usada de forma sustentável como ambiente de lazer para a

comunidade.

Mas o trabalho de educação ambiental dos Juristas não vai se restringir aos limites da Mata do Xem Xem. Ainda no município de Bayeux, atividades realizadas ano passado, como a abordagem à população na feira do Mutirão e as oficinas na escola Carlos Gomes, por exemplo, serão reforçadas este ano. A mobilização será facilitada principalmente pelo fato da articulação com a escola ter se estreitado em 2008, o que levou cinco alunas do Carlos Gomes a se incorporarem nas ações do núcleo de Juristas da cidade. Cândida observa que “elas se juntaram ao grupo voluntariamente e têm demonstrado muito interesse e disposição para trabalhar”.

Já nas outras cidades, o maior foco de atenção será a terceira versão da Via Sacra do Meio Ambiente, promovida em Tibiri pelos Juristas do núcleo de Santa Rita. O evento, que aconteceu pela primeira vez em 2007, reúne escolas públicas e privadas em uma caminhada que percorre o bairro chamando a atenção da população para as várias formas de degradar o meio ambiente. Em cada escola,

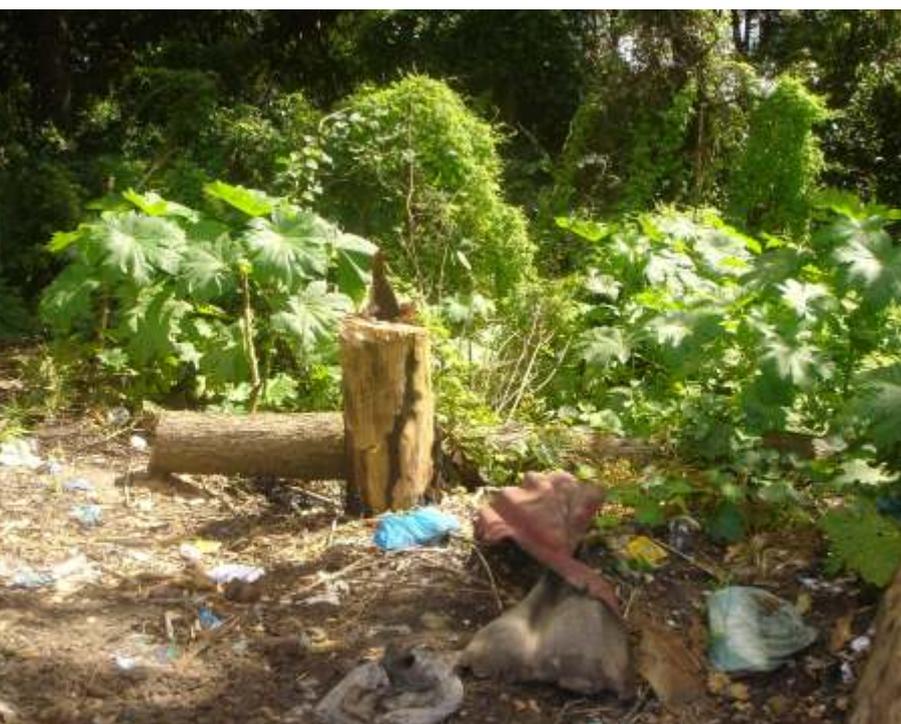
os/as alunos/as preparam uma apresentação cultural relacionada ao tema. Este ano, a atividade está programada para acontecer no dia 5 de junho.

Antes disso, ainda em março, os/as Juristas de João Pessoa se encontram no bairro do Valentina para discutir a relação entre Direitos Humanos, Meio Ambiente e Transporte Coletivo. E em setembro, o tema volta à pauta durante o Encontro Estadual de Juristas Populares, onde o grupo vai debater não apenas Meio Ambiente, mas também a questão da Segurança Pública – outro assunto que também vai permear as ações da Rede este ano, sendo, inclusive, motivo para um grupo de estudos envolvendo os/as Juristas.

Parceria - Um grupo de Juristas de Tibiri aprovou em 2008 um projeto junto ao Fundo Ângela Borba para realizar oficinas sobre trabalho, previdência e direitos da mulher trabalhadora. Ao todo são dez oficinas que já foram iniciadas e seguem acontecendo até outubro, sempre na sede do Flor Mulher. Além das Juristas, várias convidadas vão facilitar as oficinas para um grupo de 25 mulheres.



Continuidade - Juristas querem manter



o trabalho iniciado nas escolas em Santa Rita e a intervenção na Mata em Bayeux

Rede Nacional de Educação Jurídico Popular é consolidada em encontro em João Pessoa

Depois de três anos de iniciada a articulação e de cinco encontros realizados, a Rede Nacional de Educação Jurídico Popular tem o que comemorar. Ao encerrar o 2º Encontro Regional do setor, em novembro de 2008, a articulação se consolidou e já há, inclusive, um calendário de ações a serem realizadas em sintonia, uma programação que já está envolvendo Juristas Populares, juristas leigos, promotoras legais populares e outras denominações em todo o país. Ao todo, o Encontro Regional, que foi promovido pela Fundação Margarida Maria Alves em João Pessoa, reuniu 60 pessoas de oito estados brasileiros, que agora pretendem fortalecer os projetos de formação jurídico popular em todo o país. “O que nos une é a luta pelo acesso à Justiça”, acredita a técnica da Fundação, Cândida Moreira Magalhães.

Em meio às discussões que marcaram os dois dias do evento na capital paraibana, houve dois destaques: a certificação e a profissionalização destes agentes. Considerado “extremamente desafiador, polêmico, contraditório” pela representante da União de Mulheres de São Paulo, Maria Amélia Almeida, o assunto fez a discussão esquentar. Ela lembrou que o projeto de Promotoras Legais Populares de sua entidade já tem 15 anos e a profissionalização das mulheres formadas nunca passou pela cabeça da entidade. “Para elas, não tem sentido uma profissionalização, pois todo profissional atua com produção, e não tem como se trabalhar assim numa coisa complexa como é ser promotora legal”, justifica.

Convidado para ser a voz a



favor da profissionalização, o representante do Parai'wa, Gil Nunes ventilou a possibilidade de certificar estes agentes tendo como inspiração os agentes de saúde. Para ele, “é possível sonhar que esses juristas seriam

profissional”. “O acompanhamento que fazemos exige tempo, custos e disposição, que nem sempre temos quando somos apenas voluntários”, observa.

Outras preocupações vieram à tona durante o Encontro Regional e uma delas foi levantada pelo próprio Gil, que lembrou das pessoas que buscam os projetos achando que os cursos são preparatórios para concurso. “E, no caso da certificação, se houver parceria com as universidades, veremos a formação jurídico popular se transformar em projeto de extensão”, lembra. Para Amélia, no entanto, mesmo reconhecendo a importância da formação na retomada da vida pessoal dos participantes, esta não deve ser a principal preocupação. Na opinião dela, “algumas até conquistam empregos devido à condição de promotoras legais. Mas isso é secundário, é uma consequência, não o objetivo maior”.

Com a formação da Rede, o tema deve ser retomado no 2º Encontro Nacional, que acontece em João Pessoa no segundo semestre deste ano.



agentes populares da cidadania”. Mesmo assim, nem ele está ainda convencido sobre o assunto. “Afinal, para isso, também deveria existir um padrão metodológico da formação de juristas populares. Nesse encontro, percebeu-se o tamanho do desafio que se tem pela frente com este tema”, avalia.

Preocupado com o comprometimento das pessoas envolvidas neste tipo de atuação, o Jurista Popular Luis Gonzaga questiona se “os agentes de saúde, por exemplo, fariam um trabalho tão bom se não fosse



Entidades encaminham carta ao Presidente Lula exigindo a distribuição gratuita da Constituição



15 anos da Fundação Margarida Maria Alves: ao apagar as velas, vamos desejar viver em um mundo mais justo e fraterno, um presente para você também.

Requerer do Estado Brasileiro a garantia da edição atualizada da Constituição Federal e sua ampla distribuição a todos/as brasileiros/as por entender que esta é uma ferramenta indispensável para o exercício da cidadania. Este foi o tom da carta encaminhada ao presidente Luís Inácio Lula da Silva ao final do 2º Encontro Regional de Formação Jurídico Popular, em novembro passado. A proposta era provocar um primeiro momento de fala em conjunto de todas as entidades que estão compondo a Rede, encaminhando um documento que propõe solução para o problema da falta de conhecimento a respeito dos seus principais direitos.

A carta destacava a experiência dos participantes, que têm percebido “a extrema distância do que está consagrado no texto constitucional e a realidade concreta dos cidadãos e das cidadãs”. O documento encaminhado concluía que “esta



constatação só reforça a necessidade do Estado assumir a responsabilidade de garantir o direito à informação a todos e todas”.

Em resposta à solicitação da Rede, o diretor de Documentação Histórica da Presidência da República, Cláudio Soares Rocha, informou que o gabinete do presidente “não dispõe de exemplares da Constituição Federal para distribuição” e sugeriu que o pedido fosse encaminhado ao Senado Federal. O texto também pode ser acessado na internet, através do endereço www.planalto.gov.br.

Acontece

Março

6 - Seis & Meia Juristas em Rede: exibição do vídeo “Coragem Mulher”, na Casa Brasil do Cefet, na Avenida Trинcheiras, às 18h30
22 - Debate sobre Direitos Humanos, Meio Ambiente e Transporte, no Jardim Veneza

Abril

Produção do programa de Rádio sobre Violência, Segurança Pública e Polícia Comunitária, na rádio comunitária da comunidade Maria de Nazaré

Maio

24 - Debate sobre Direitos Humanos, Participação Popular e Cidadania, no Jardim da Mônica



Curadoria aprova contas de 2007

O Ministério Público aprovou as contas do ano de 2007 da Fundação Margarida Maria Alves, de acordo com relatório encaminhado no último dia 28 de novembro à entidade pela Curadoria das Fundações. As detalhadas prestações de contas foram analisadas pela perícia contábil do órgão, que considerou que “a entidade está sendo administrada de forma satisfatória”. “O nível de organização é excelente e seus gestores realizam as reuniões administrativas de acordo com o que determina a legislação”, destaca o laudo pericial.

O documento também elogia a atuação da equipe da Fundação ao citar que “os prestadores de serviço à disposição da entidade desempenham suas atividades de

forma clara e precisa, visto que a transparência e a prestação de contas à sociedade é um fator importante para a entidade”. Além disso, a perícia observou que a Fundação tem atendido à finalidade para a qual foi criada.

A partir do laudo pericial, o Curador das Fundações, Alexandre Jorge emitiu o Atestado de Regular Funcionamento para a Fundação, já que em fevereiro deste ano ele havia aprovado as contas referentes ao período entre os anos de 2003 e 2006. No documento anterior, o curador já havia avaliado que, “através destes trabalhos, a Fundação vem contribuindo para que mais pessoas acessem a justiça, retomem os estudos, denunciem as violações dos seus direitos e lutem por melhorias para suas comunidades”.